

Infra-estrutura

PAC e a competitividade do agronegócio

DESDE A implantação do Plano Real, o Produto Interno do Brasil teve aumento médio de 2,4% ao ano. Em apenas três anos o PIB superou 4,0%: 1995, 2001 e 2004. Foram momentos caracterizados muito mais como uma recuperação cíclica, mas com problemas para dar sustentação ao movimento de expansão,

Em 1995, junto com o enorme déficit na conta corrente externa, veio a crise cambial mexicana. Já em 2001, aconteceram o apagão elétrico e a crise argentina. Em 2004, as causas não foram de natureza externa ou extraordinária. Mostraram que os problemas são de ordem interna e ligados à falta na capacidade de investimento da economia brasileira.

Diante dessa retrospectiva, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) anunciado pelo governo, sob o slogan: “Romper barreiras e superar limites” trouxe à sua agenda a prioridade do crescimento da economia, um forte anseio da sociedade brasileira. O ponto central do pacote foi a colocação de R\$ 503,9 bilhões para aplicação ao longo de quatro anos. Boa parte dos gastos já estava programada pelas estatais e empresas privadas, que respondem por 87% das fontes de recursos, enquanto o governo participa com 13%.

O investimento depara com dois obstáculos crônicos no País:

Primeiro: falta de taxa de retorno atrativa. Há falta de perspectivas de aumento forte na demanda doméstica em curto prazo. As exportações ganham importância e a administração da taxa de câmbio é tema sensível, pois afeta a sua competitividade.

Segundo: fonte de recursos para aplicação em projetos. A poupança do governo é negativa, mesmo com a elevada

tributação. O juro real elevado, acima dos padrões internacionais, onera a atividade econômica.

O governo promete abrir mão de uma receita de tributos, uma desoneração, nos próximos dois anos, estimada em R\$ 18,1 bilhões. Para fecharem as contas do PAC, a economia terá de crescer 4,5% neste ano e 5% a partir de 2008.

O monitoramento e a implantação dos projetos serão desenvolvidos por um grupo gestor composto pela Casa Civil e os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, em interface com os estados e empresas. A equipe terá o desafio enorme de enfrentar a máquina burocrática e levar em dia a aplicação dos recursos e a execução das obras. A dificuldade em destravar projetos importantes no Congresso Nacional tem levado água abaixo a proposta para reduzir as fragilidades da infra-estrutura brasileira.

Em um primeiro momento, o impacto do PAC sobre o agronegócio acontece com mais força na área de logística, fundamental para reduzir os custos

e melhorar a competitividade de todo o setor. As perspectivas internacionais são bem favoráveis para os próximos anos.

Os maiores benefícios vão para as rodovias, com R\$ 33,4 bilhões. As ferrovias receberão R\$ 7,86 bilhões, valor próximo ao reivindicado pelo setor. A Rede Ferroviária Federal foi definitivamente fechada e deixa dívidas de R\$ 14,984 bilhões e um passivo trabalhista de R\$ 7,539 bilhões. O PAC não aborda questões de passagens de nível e áreas de domínio.

O setor portuário foi contemplado com R\$ 2,66 bilhões e a gestão dos portos continua nas mãos da Companhia Docas. Existem questões administrativas ligadas a conflitos de competência na área ambiental, segurança regulatória e a terceirização da dragagem dos canais de navegação.

Os modos aeroportuário e hidroviário receberão investimentos de R\$ 3 bilhões e R\$ 735 milhões, respectivamente. Já o segmento de marinha mercante terá R\$ 10,58 bilhões.

Da verba prevista para o setor energético, R\$ 17,4 bilhões estão reservados para combustíveis renováveis. É uma área em expansão com muita força para atração de capital privado.

Para modernizar e reduzir o custo do agronegócio na área de transporte nos próximos dez anos, o Brasil necessita de

| PAC: fonte de recursos (R\$ bilhões) | |
|--------------------------------------|--------------|
| Governo – União | 67,8 |
| Estatais e Iniciativa Privada | 436,1 |
| Total | 503,9 |

Fonte: Governo Federal

| PAC: previsão de investimento (R\$ bilhões) | | | |
|---|--------------|--------------|--------------|
| Eixos | 2007 | 2010 | Total |
| Logística | 13,4 | 44,9 | 58,3 |
| Energética | 55,0 | 219,8 | 274,8 |
| Social e urbana | 43,6 | 127,2 | 170,8 |
| Total | 112,0 | 391,9 | 503,9 |

Fonte: Governo Federal

Mariani Malinowski



| Cenário de consistência do PAC [%] | | | | |
|------------------------------------|------|------|------|-------|
| Taxa | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Selic nominal | 12,2 | 11,4 | 10,5 | 10,11 |
| Inflação | 4,1 | 4,5 | 4,5 | 4,5 |
| Variação do PIB | 4,5 | 5,0 | 5,0 | 5,0 |
| Dívida pública/PIB | 48,3 | 45,8 | 42,9 | 39,7 |

Fonte: Governo Federal

| Brasil: investimento em infra-estrutura para o agronegócio (R\$ milhão) | | | |
|---|-----------|--------|-----------|
| Aplicação | Origem | | |
| Item | Valor | Fonte | Valor |
| Rodovia | 4.930,00 | PPP * | 5.820,00 |
| Ferrovia | 8.286,00 | PR ** | 2.706,00 |
| Hidrovia | 1.430,00 | P *** | 5.510,00 |
| Portos | 1.150,00 | P e PR | 1.960,00 |
| Total | 15.796,00 | Total | 15.996,00 |

* Parceria Pública Privada; ** Privada; *** Pública
 Fonte: Macrológica

US\$ 16 bilhões, segundo o estudo Projetos Prioritários, da Macrológica. São 60 programas em 17 projetos prioritários. Além de investimentos do governo, haveria também a participação da iniciativa privada e as concessões públicas.

O segmento da distribuição no agronegócio é quase um décimo do PIB nacional, tendo em vista que ele representa 27%

do PIB nacional e a distribuição cerca de 32% do PIB do agronegócio. Logo, o PAC terá efeito positivo direto e indireto sobre uma área significativa do agronegócio.

Para as lideranças do setor cabe dar todo o apoio para o desdobramento do PAC em termos de resultar melhor relação custo/benefício para o País. Um cruzamento entre as obras prioritárias para o

agronegócio e aquelas colocadas em implementação pelo governo é um esforço indispensável. Como se trata de investimentos de longo prazo, a inclusão de recursos para armazenagem também seria bem apropriada.

Um PAC específico para o agronegócio passa pela discussão de sete temas estratégicos:

1. Pesquisa e desenvolvimento;
2. Desoneração tributária;
3. Seguro rural;
4. Defesa sanitária;
5. Agregação de valor;
6. Agroenergia;
7. Negociação Internacional.

É, portanto, um momento raro e praticamente inédito, que a conjuntura política e econômica brasileira propicia, para se montar um plano estratégico com projetos estruturantes e de aumento da potencialidade do setor em um cenário de médio e longo prazos. À primeira vista, os sete itens listados podem parecer associados às despesas correntes e não a investimentos. Mas todos eles têm impacto no resultado futuro do agronegócio e não podem ser omitidos no presente. ■